



Pós-Graduação

Prática em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

18 meses Presencial

Direito é aqui



Consulte aqui
o cadastro da
Instituição no
sistema **e-MEC**

Apresentação do curso

O atual cenário de mudanças provocado pela recente reforma trabalhista, desperta no profissional do Direito o senso de urgência para atualização de seus conhecimentos nesta área. O Direito do Trabalho além de representar segurança aos trabalhadores, é ainda, uma ferramenta fundamental à gestão de qualquer negócio, portanto, destaca-se o profissional com profundo conhecimento nesta área, e apto a aplicar as normas ao caso concreto.

Para atender à crescente busca por atualização do profissional do Direito, o IGD oferta a Pós-graduação Prática em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, que está em conformidade com as inovações das normas trabalhistas e com o contexto atual do trabalho. O curso possui conteúdo completo a ser ministrado por um seleto grupo de juristas nacionalmente reconhecidos, com uma metodologia de ensino dinâmica, voltada para a prática profissional.

A Pós-graduação Prática em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do IGD, traz os principais aspectos materiais e processuais do Direito do Trabalho, preparando o profissional para a advocacia trabalhista de excelência.



Metodologia

Pós-Graduação

A Pós-graduação do IGD é exemplo de inovação e traz a prática aos profissionais de direito. São cursos que, entregam mais que o conteúdo programático, apresentando aos alunos novas possibilidades, formas de ver o mercado de trabalho e suas interações, através do desenvolvimento de habilidades que vão muito além do saber jurídico.

Nesta Pós-Graduação, o Direito é estudado a partir de uma visão sistêmica e com foco na prática jurídica, conectando o estudante à juristas renomados e com uma ampla experiência de mercado. Isso fomenta o empreendedorismo e a empregabilidade a partir de um ecossistema jurídico, desenvolvendo um aprendizado significativo através de conteúdos, que propiciem as habilidades que se espera do profissional do futuro.



O curso é ofertado na modalidade presencial com encontros mensais (máximo dois encontros mês) as sextas e sábados. Para a obtenção do certificado de pós-graduação lato sensu é necessário que o(a) aluno(a) tenha frequentado, em percentual mínimo de 75% da carga horária de cada módulo e que tenha nota mínima 7,0 nas respectivas avaliações de aprendizagem.

As aulas na sexta-feira acontecem das 19h às 22h e no sábado das 08h às 12h00 e 14h às 17h. O curso tem duração de 18 meses, com acréscimo do prazo para desenvolvimento do TCC, caso o (a) aluno(a) opte por cursá-lo.



Matriz curricular atualizada focada nos principais pontos do direito, com ênfase na Prática Jurídica.



Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) optativo, inclusive, atendendo às exigências para prova de títulos nos principais concursos do país.



Corpo docente de renome, com professores mestres, doutores e profissionais atuantes no direito, reconhecidos em âmbito nacional.



Módulos para aperfeiçoamento de carreira e desenvolvimento pessoal: Português Jurídico; Compliance e LGPD; Posicionamento Digital e Gestão de Escritório.



Aulas com enfoque totalmente voltada à prática, permeadas por estudo de caso e debates orientados, privilegiando a participação do estudante no processo de aprendizagem.



Biblioteca Digital a disposição do aluno durante todo o curso.

Por que escolher o IGD?

- ◆ Instituição especializada no ensino jurídico devidamente credenciada ao MEC, garantindo assim a certificação dos concluintes deste curso.
- ◆ O IGD se destaca com seu ensino de qualidade, envolvendo as questões humanísticas, tecnológicas, ambientais e sociais, dentro de uma visão ampla, inclusiva e ética.
- ◆ Corpo docente de excelência, composto por membros do judiciário, advogados atuantes, autores de grande relevância para o estudo do Direito, todos com ampla experiência na docência superior.
- ◆ Infraestrutura física e tecnológica de excelência, que sustenta a metodologia do ensino híbrido e cursos EAD, incluindo aulas ao vivo.
- ◆ Transforma suas habilidades em diferenciais competitivos. Tenha uma experiência IGD.

Estrutura curricular

Módulos obrigatórios

360 horas

- ▶ Dos Contratos de Trabalho - Parte geral
- ▶ Das Múltiplas Formas de Contratação - Aspecto Prático
- ▶ Das Remunerações: Formas de Compactuação nos Contratos de trabalho
- ▶ Das Estabilidades e Indenizações
- ▶ Direito Administrativo do Trabalho
- ▶ Peticionamento e Liquidação na Justiça do Trabalho
- ▶ Consultivo Trabalhista e o Papel do Advogado
- ▶ Das Audiências Trabalhistas - Aspectos Gerais
- ▶ Prática Simulada de Audiência Trabalhista
- ▶ Sentença Trabalhista
- ▶ Honorários Advocatícios
- ▶ Da Reforma Trabalhista - Cenário Atual e sua Aplicabilidade no Campo Prático
- ▶ Direito Coletivo do Trabalho. Negociado x Legislado
- ▶ Meio Ambiente de Trabalho e Atuação Prática
- ▶ Execução Trabalhista. Liquidação e Formatação de Cálculos PJECALC
- ▶ Dos Recursos Trabalhistas - Aspectos Práticos
- ▶ Da Prática da Advocacia nos Tribunais
- ▶ Precedentes. Teoria geral. Interferência na Justiça do Trabalho

Módulos optativos

100 horas

- ▶ Português Jurídico (Optativo)
- ▶ Posicionamento Digital (Optativo)
- ▶ Gestão de Escritório (Optativo)
- ▶ Compliance e LGPD (Optativo)
- ▶ Trabalho de Conclusão de Curso (Optativo)

Carga horária total com optativa



460 horas

Conteúdo

Dos Contratos de Trabalho – Parte Geral

Elementos tático-jurídicos da relação de emprego. As novas fronteiras do Direito do Trabalho e as novas modalidades de trabalho. Os contratos modernos de trabalho e sua abordagem no plano do direito comparado. Altos empregados e funções de confiança. Diretor empregado. Cláusula de não concorrência. Cláusula de permanência no emprego. Contratos de trabalho com a Administração Pública. Perspectivas futuras do Direito do Trabalho e o cenário político-jurídico atual. Desdobramentos do cenário trabalhista na atualidade.

Das Múltiplas Formas de Contratação – Aspecto Prático

Contratos de trabalho determinado, aspectos gerais, formas, características, prazos, renovação e sua viabilidade prática no âmbito urbano e rural. Multas aplicadas. Contratos de natureza parcial, denominação, conceito, finalidade e viabilidade nos contratos de trabalho. Contrato horista, denominação, conceito e forma de compactuação. Contrato intermitente, conceito, características, formas de contratação, viabilidade nos contratos de trabalho, aspectos gerais. Contrato na escala 12x36, conceito, características, formas de contratação e viabilidade nos contratos de trabalho. Contratos especiais- conceito, condições, características e viabilidade das contratações. Do repasse de mão de obra a terceiro- análise dos aspectos práticos- responsabilizações das empresas no âmbito privado e público. Cooperativas.

Das Remunerações: Formas de Compactuação nos Contratos de Trabalho

Conceito, características, formas de remuneração: tempo; obra; tarefa; dinheiro e utilidades. Variabilidade das remunerações, salário condição, formas de compactuação de salário, gratificações, salário condição, adicionais de hora extras, insalubridade, periculosidade, noturno, transferência e tempo de serviço e adicionais por acúmulo de função. Base de cálculo. Gorjetas nos contratos de trabalho, formas de pagamento e aspectos gerais. Ajuda de custo, comissões, características, formas de negociação, peculiaridades nos contratos de trabalho dos comissionistas, diárias, prêmios, benefícios, abonos, participação nos lucros da empresa, conceito, fundamentos, aplicabilidade. Das negociações de forma preventiva e da vedação da lesividade nos contratos.

Das Estabilidades e Indenizações

Modelo jurídico celetista anterior à CF/88 e antiga indenização rescisória. O FGTS e a CF/88. (In) efetividade do art. 7º, inciso 1, da CF/88 (dispensa arbitrária ou sem justa causa). Convenção

do art. 41, da CF/88. Súmula 390, do TST. Garantias provisória de emprego do dirigente sindical. Ação de inquérito para apuração de falta grave. Garantia provisória de emprego da mulher gestante. Contrato a termo. Garantia provisória de empregado do membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Garantia provisória de empregado representante dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Social. Ação de inquérito para apuração de falta grave. Garantia provisória de empregado representante dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS. Ação de inquérito para apuração de falta grave. Garantia provisória de empregado do acidentado. Contrato a termo. Trabalhador reabilitado ou deficiente habilitado (art. 93, p. 1º, da Lei n. 8.213). Garantia provisória de empregado do dirigente de cooperativa. Ação de inquérito para apuração de falta grave. Garantia provisória de empregado representante dos trabalhadores na Comissão de Conciliação Prévia. “Nova” reforma trabalhista. Garantia provisória de emprego e terceirização. Consequências jurídicas da dispensa irregular do trabalhador estável ou com garantia provisória de emprego. Da viabilidade das indenizações (Aspectos gerais).

Direito Administrativo do Trabalho

Auditoria Fiscal do Trabalho, a Convenção 81 da OIT, origens e histórico. Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, contencioso administrativo trabalhista, multas e recursos, e precedentes administrativos da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho.

Peticionamento e Liquidação na Justiça do Trabalho

A estrutura da petição inicial trabalhista em contraponto com a estrutura da petição inicial no processo civil. Técnicas para um peticionamento adequado e claro, sem excessos ou alegações impertinentes. Impactos da Lei 13.467 /17 sobre a forma de peticionar e a possível arguição de inconstitucionalidade do texto. Liquidação de petição inicial: formato adequado e necessidade de elaboração de planilha de cálculos dentro da petição inicial.

Consultivo Trabalhista e o Papel do Advogado

A advocacia trabalhista sob a perspectiva consultiva. Compliance trabalhista e o perfil administrativo da advocacia no intuito de prevenir demandas. Sugestões práticas e troca de experiências sobre situações específicas.

Das Audiências Trabalhista – Aspectos Gerais

Estrutura da audiência trabalhista. Limites dos poderes do juiz na instrução do feito sob o aspecto geral. Técnicas de depoimento pessoal e colheita de prova testemunhal. Contradita de testemunha: espécies e meios de prova. Inversão da ordem de oitiva de testemunhas. Inversão do ônus da prova em audiência. Protestos: momento e finalidade. Razões finais: momento, finalidade e técnica adequada.

Prática Simulada de Audiência Trabalhista

Das audiências de conciliação; Das diversas formas de composição e do papel do judiciário nos acordos trabalhistas. Forma de comportamento das partes na audiência. Das audiências trabalhistas nos ritos de alçada, sumaríssimo, ordinário. Das audiências em execução. Simulação prática.

Da Sentença Trabalhista

Sentença no processo do trabalho: Aspecto geral, natureza jurídica, classificação, requisitos, efeitos das sentenças: declaratórias, constitutiva, condenatórias, mandamentais, das decisões interlocutórias - irrecorribilidade; estrutura da sentença, sentença no rito sumaríssimo, coisa julgada, publicações e prazos, discriminação das parcelas para efeitos previdenciários, eficácia. Aspectos práticos da sentença.

Honorários Advocatícios

Histórico dos honorários advocatícios no Brasil. Sistemática dos honorários advocatícios no CPC e na CLT. Honorários advocatícios no direito comparado Italiano e as interferências no direito brasileiro. Constitucionalidade da Lei 13.467/2017 e o panorama que se alinha na jurisprudência do STF. Tendências modernas sobre honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. Sucumbência formal x sucumbência material. Honorários parciais.

Da Reforma Trabalhista. Cenário Atual e sua Aplicabilidade no Campo Prático

Do cenário protetivo x caráter de flexibilização do direito do trabalho. Evolução do direito do trabalho no Brasil e o cenário atual. Lei 13.467.2017 - suas aplicabilidades e campo prático atual. Do acesso ao judiciário após a aprovação da Lei 13.467/2017.

Direito Coletivo do Trabalho. Negociado X Legislado

Liberdade sindical plena e a necessidade de ratificação da Convenção 87, da OIT. Negociado x legislado no plano comparado. Os limites dos poderes negociais e o alcance interpretativo dos artigos 611-A e 611-B, da CLT. A autonomia cívica da classe trabalhadora e o panorama jurisprudencial no STF. Contribuição sindical e negociação coletiva.

Meio Ambiente de Trabalho e Atuação Prática

Liberdade sindical plena e a necessidade de ratificação da Convenção 87, da OIT. Negociado x legislado no plano comparado. Os limites dos poderes negociais e o alcance interpretativo dos artigos 611-A e 611-B, da CLT. A autonomia cívica da classe trabalhadora e o panorama jurisprudencial no STF. Contribuição sindical e negociação coletiva.

Execução Trabalhista. Liquidação e Formatação de Cálculos PJE-CALC

Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais e pontos de interferência com o Processo do Trabalho. Meios indiretos e alternativos de execução (retenção de CNH, passaporte, bloqueio de cartão de crédito, telefone e limite do cheque especial). Liquidação de sentença: natureza jurídica, momento de impugnação e meio adequado. A execução contra empresas em recuperação judicial e falência. Desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução. Análise das liquidações e Manifestação das partes, PJE-CALC.

Dos Recursos Trabalhistas – Aspectos Práticos

Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais e pontos de interferência com o Processo do Trabalho. Meios indiretos e alternativos de execução (retenção de CNH, passaporte, bloqueio de cartão de crédito, telefone e limite do cheque especial). Liquidação de sentença: natureza jurídica, momento de impugnação e meio adequado. A execução contra empresas em recuperação judicial e falência. Desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução. Análise das liquidações e Manifestação das partes, PJE-CALC.

Dos Recursos Trabalhistas – Aspectos Práticos

Recursos admissíveis no Processo do Trabalho e seus pressupostos/requisitos de admissibilidade. Como não incorrer em erros na hora de recorrer. Formato adequado do recurso e principais pontos a serem debatidos. Orientação sobre técnica redacional adequada e impugnação específica na peça recursal.

Da Prática da Advocacia nos Tribunais

Orientações gerais sobre a atuação prática do advogado trabalhista nos tribunais. Oficinas sobre casos práticos e técnicas de sustentação oral: o que suscitar, momento oportuno e recursos/ações que a admitem.

Precedentes. Teoria geral.

Interferência na Justiça do Trabalho

Precedentes no plano do direito comparado. As novidades impostas no NCPC sobre o tema. IRDR, IAC e Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. IRRR e o TST: conceito, cabimento, respaldo legal e principais matérias afetadas. Finalidade dos precedentes. Efeitos dos precedentes. Aplicação retroativa e prospectiva de precedente. Alteração de precedente e principais casos observados na Justiça do Trabalho. Precedentes vinculantes e persuasivos, bem como o papel das súmulas e orientações jurisprudenciais. Súmulas vinculantes.

Conteúdo

Módulos Comuns aos Cursos

Português Jurídico

Tópicos gerais de gramática. o estudo do vocabulário jurídico. Técnicas de redação: desenvolvimento do parágrafo, os principais recursos argumentativos.

Posicionamento Digital

Introdução ao Marketing. Noções de comunicação. Posicionamento Digital. Posicionamento Vs Área de Atuação. Marketing de conteúdo (permission marketing). Persona. Mapeamento de Persona. Títulos (headline). Copywriting. Estrutura PAS.

Gestão de Escritórios

Gestão de negócios: Gestão de Projetos. Gestão de Tempo e de agenda. Ferramentas eletrônicas para Gestão. Gestão estratégica de pessoas. Desenvolvendo relacionamentos e rede de parceiros. Gestão de Contratações. Gestão financeira sustentável: gestão de custos e Captação de Recursos. Direito Tributário e Societário aplicado aos serviços jurídicos: Direito tributário - planejamento tributário aplicável escritórios de advocacia e organizações que prestam serviços jurídicos. Direito societário: planejamento sucessório, constituição de holdings e acordos de sócios quotistas. Governança Corporativa.

Compliance e LGPD

Criação de um programa de Compliance: Comprometimento da diretoria. Criação de padrões, procedimentos e controles. Treinamento efetivo e comunicação. Avaliação, monitoramento e auditoria. Execução, incentivos e disciplina. Devido cuidado na delegação de responsabilidades. Melhoria contínua: Fiscalização e Monitoramento. Compliance e os Conflitos de interesses. Regulação de transparência. Data privacy e LGPP.

Trabalho de Conclusão de Curso (Optativo)

Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Estrutura do projeto de pesquisa. Importância e formulação do problema de pesquisa. o Problema de pesquisa e sua delimitação. Objetivo geral e objetivos específicos. Referencial teórico apropriado para o problema de pesquisa. A metodologia da pesquisa. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Elaboração de um projeto de pesquisa. Normas para elaboração do Trabalho Monográfico. Normas para elaboração de Artigo Científico.

Coordenação



Professora

**Ana Paula
Fleury**

Advogada trabalhista, assessora
jurídica e palestrante.

Corpo Docente *Núcleo do curso*

Ana Paula Fleury

Advogada Trabalhista, assessora Jurídica e palestrante.

Alexandre Amui

Advogado trabalhista e previdenciarista.

Antonio João Capuzzi

Advogado, autor de livros e artigos jurídicos.

Antônio Umberto Júnior

Juiz do Trabalho do TRT - 10ª Região.

Carlos Alberto Begalles

Juiz do Trabalho do TRT - 18ª Região, autor de artigos e de livros jurídicos.

Carolina Silva Silvino Assunção

Juíza do Trabalho na 3ª Região.

Eduardo Guedes

Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Goiás, Mestre em Direito Trabalhista e Relações Sociais pela UDF, Pós Graduação em Direito e Processo do Trabalho e Docência Universitária pela Faculdade Damásio de Jesus.

Karine Domingues Machado

Advogada Trabalhista e Assessora Jurídica.

Leone Pereira

Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra/Portugal. Pós-Doutor pela Universidade de Santiago de Compostela/Espanha. Doutor e Mestre pela PUC/SP. Especialista pela Universidade Cândido Mendes/RJ. Autor de Obras e Artigos Jurídicos.

Ramiro de Castro Howes

Advogado e Consultor jurídico.

Rodolfo Pamplona Filho

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia.

Túlio Massoni

Advogado, pesquisador nos cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da PUC-SP. Membro do Conselho Superior de Relações de Trabalho - CORT (FIESP) e autor de obras jurídicas.

Thais Mendonça

Juízo do trabalho na TRT - 5ª Região, palestrante e autora de obras jurídicas.

Cronograma

◆ Disponível no site do IGD
portaligd.com.br



Direito é aqui